Edição 2

27/09/2026

Kalelpost

Você por dentro da noticia, opinião sem medo da verdade

Depois de aumento no Bolsa Família, governo ataca bets e promete ajuda a endividados na reta final para a eleição

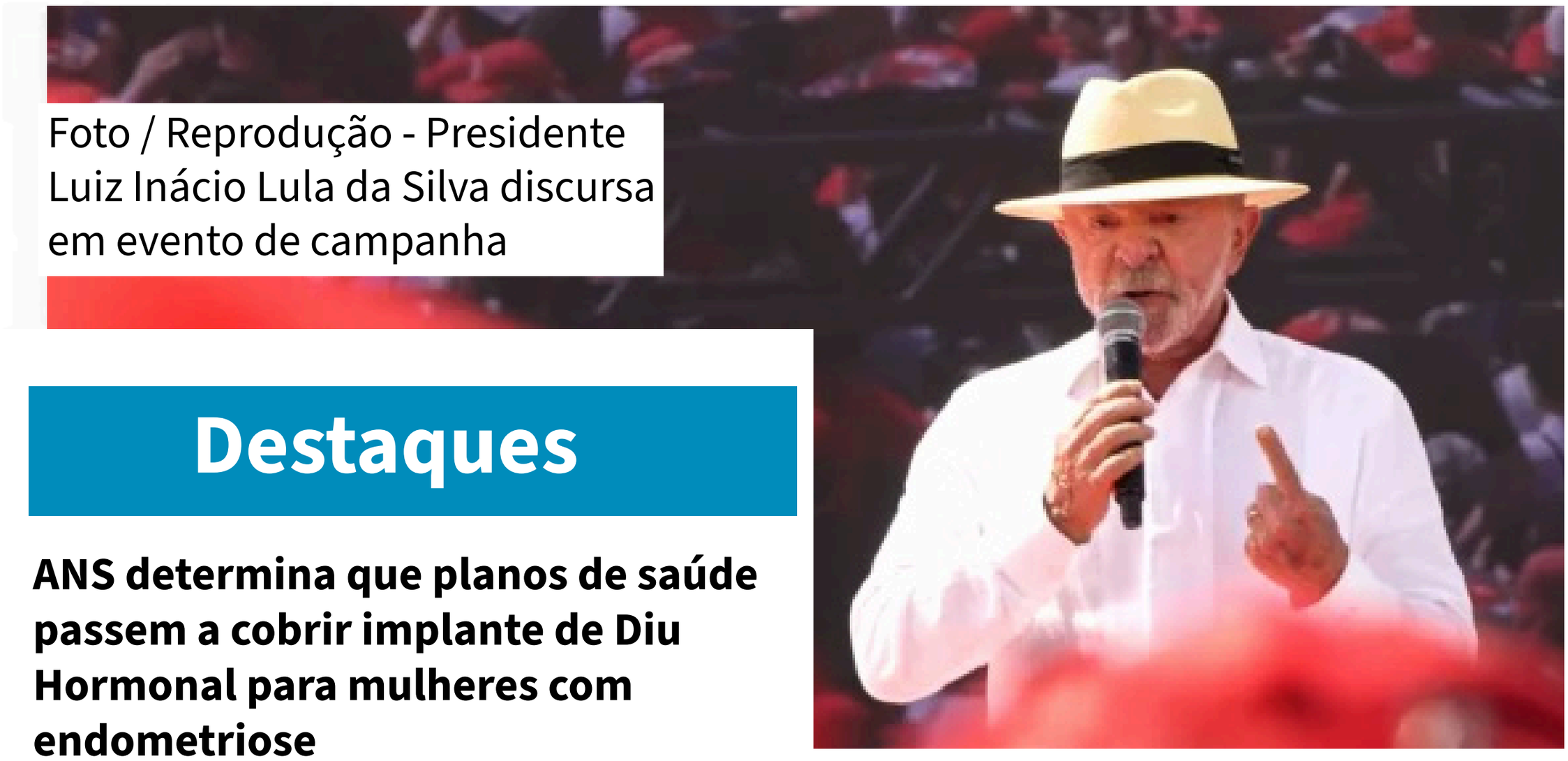


Foto / Reprodução - Presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursa em evento de campanha

Destaques

ANS determina que planos de saúde passem a cobrir implante de Diu Hormonal para mulheres com endometriose

Página 6

Caso Master: Conselho do Ministério Público decide arquivar denúncia contra PGR por envolvimento com Daniel Vorcaro

Página 9



Foto / Reprodução - Procurador-Geral da República Paulo Gonet

EDITORIAL

21 de setembro e os motivos pelos quais não temos nada a celebrar

O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, celebrado em 21 de setembro, foi instituído no Brasil para conscientizar a sociedade sobre a importância da garantia e do respeito aos direitos da população PCD. No entanto, para quem vivencia a deficiência na pele, o tom do calendário passa longe de ser festivo. O tom predominante é de indignação e denúncia. Afinal, o que existe para ser comemorado quando as prerrogativas fundamentais dessa parcela da população continuam sendo desrespeitadas rotineiramente, impondo episódios que servem como verdadeiros socos no estômago de quem tenta exercer a própria cidadania?

Um exemplo recente dessa realidade foi a reportagem veiculada pelo portal Kalelpress, que narrou a história de um jovem com deficiência visual no Piauí. O relato revelou a dura busca por ajuda após o rapaz ser vítima de preconceito e discriminação no ambiente educacional. O caso ilustra sem rodeios o cotidiano enfrentado pelas pessoas com deficiência no país. Trata-se de uma dinâmica de exclusão que ultrapassa as salas de aula e se repete em repartições públicas, empresas privadas e estabelecimentos comerciais. Espaços que deveriam, em tese, oferecer acolhimento, proteção e acessibilidade transformam-se em cenários frequentes de capacitismo, desfeita constrangimento. As apurações conduzidas pelo jornalista Guilherme Kalel e sua equipe lançam luz sobre um quadro ainda mais profundo e estarrecedor: o abuso sofrido dentro do próprio núcleo familiar. Muitas vezes, familiares que tentam lutar de forma legítima pelos direitos de seus parentes PCD veem-se completamente isolados, confrontando a inércia do Poder Público, a omissão das entidades de classe e a indiferença daqueles que deveriam oferecer suporte estrutural e social. Essa conjuntura força uma reflexão sincera e sem retoques: o que o Brasil tem a celebrar no 21 de setembro? Reconhecer que existiram avanços normativos ao longo do tempo — como a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão — é um passo importante. Contudo, a distância entre o papel da lei e a rotina diária no Brasil é tão abissal que esses progressos parecem insuficientes diante do volume de barreiras ainda existentes.
No cotidiano, ser uma pessoa com deficiência no país significa travar uma batalha diária pela simples mobilidade.

O transporte público em grande parte das cidades é inacessível ou opera com frotas sucateadas e elevadores quebrados. As calçadas são esburacadas e desprovidas de piso tátil, o que transforma curtos deslocamentos em trajetos arriscados. No mercado de trabalho, a inclusão muitas vezes ocorre apenas para o cumprimento pró-forma de cotas legais, alocando profissionais qualificados em posições secundárias e sem perspectiva de carreira. Na área da saúde, faltam terapias contínuas, órteses, próteses e atendimento especializado na rede pública. Na educação, o direito à aprendizagem plena esbarra constantemente na ausência de mediadores preparados e na falta de material pedagógico adaptado.

Para que o panorama mude, é fundamental que o Estado assuma a responsabilidade de gerir políticas públicas efetivas e contínuas, indo além das campanhas pontuais de conscientização. Exige-se também maior articulação e união dentro do próprio movimento das pessoas com deficiência para pressionar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário por respostas céleres e punições rigorosas aos atos de discriminação e capacitismo. Somente quando a acessibilidade atitudinal, arquitetônica e digital for uma realidade consolidada, e quando a dignidade da pessoa humana deixar de ser uma promessa teórica, haverá motivos concretos para celebrar o 21 de setembro. Por enquanto, a data permanece como um marco de resistência, cobrança e alerta para que a luta das pessoas com deficiência não seja silenciada nem caia no esquecimento.

Kalelpost



Hyundai

O futuro dos SUVs chegou. E ele tem o seu estilo.

Descubra o Hyundai Creta: a combinação perfeita entre design imponente, tecnologia de ponta e o conforto que a sua rotina merece. Mudar de caminho é fácil quando você está a bordo de um SUV projetado para superar expectativas. O Hyundai Creta une a robustez que você busca para a estrada com a agilidade e sofisticação necessárias para a cidade. Cada linha do seu design audacioso foi pensada para se destacar, enquanto o interior tecnológico transforma cada viagem em uma experiência premium.

Por que o Creta é a escolha inteligente?

Tecnologia Hyundai SmartSense: Segurança ativa com frenagem autônoma, assistente de permanência em faixa e câmeras de monitoramento de ponto cego.

Conectividade Total: Central multimídia integrada com espelhamento sem fio e o sistema Bluelink para controlar funções do carro direto pelo celular.

Performance Eficiente: Motorização turbo que entrega o equilíbrio ideal entre resposta rápida no acelerador e economia de combustível.

Espaço Inteligente: Conforto de sobra para cinco adultos e um dos maiores porta-malas da categoria.

Sinta o próximo nível.

Procure a concessionaria mais próxima e faça seu teste.

Adquira agora o seu Creta. O SUV tão potente e inteligente como você.

HTTPS://hyundai.com.br

motiva

O ritmo da cidade é o movimento das pessoas. Nas estradas, nos trilhos e nos aeroportos, a mobilidade é o que conecta trajetos, histórias e oportunidades. A Motiva existe para fazer a vida acontecer no tempo e no ritmo do brasileiro, unindo tecnologia, segurança e sustentabilidade em cada deslocamento.

Porque mais do que conectar caminhos, nosso compromisso é com quem passa por eles.

Motiva.
Você nos move.
https://motiva.com.br

USIMINAS

Construindo o futuro com a força de quem entende de aço. Por trás das maiores obras, da inovação automotiva e do desenvolvimento do país, existe uma base sólida. Há décadas, a Usiminas transforma o aço em soluções que movimentam a economia, geram empregos e impulsionam o progresso do Brasil.

Com tecnologia de ponta e compromisso com a sustentabilidade, continuamos moldando o amanhã com a mesma eficiência e liderança de sempre. Usiminas.

A força que movimenta o Brasil

Acesse: **https://usiminas.com**

Ministério da Saúde Incorpora Cirurgia Dupla para Glaucoma e Catarata no Sistema Único de Saúde

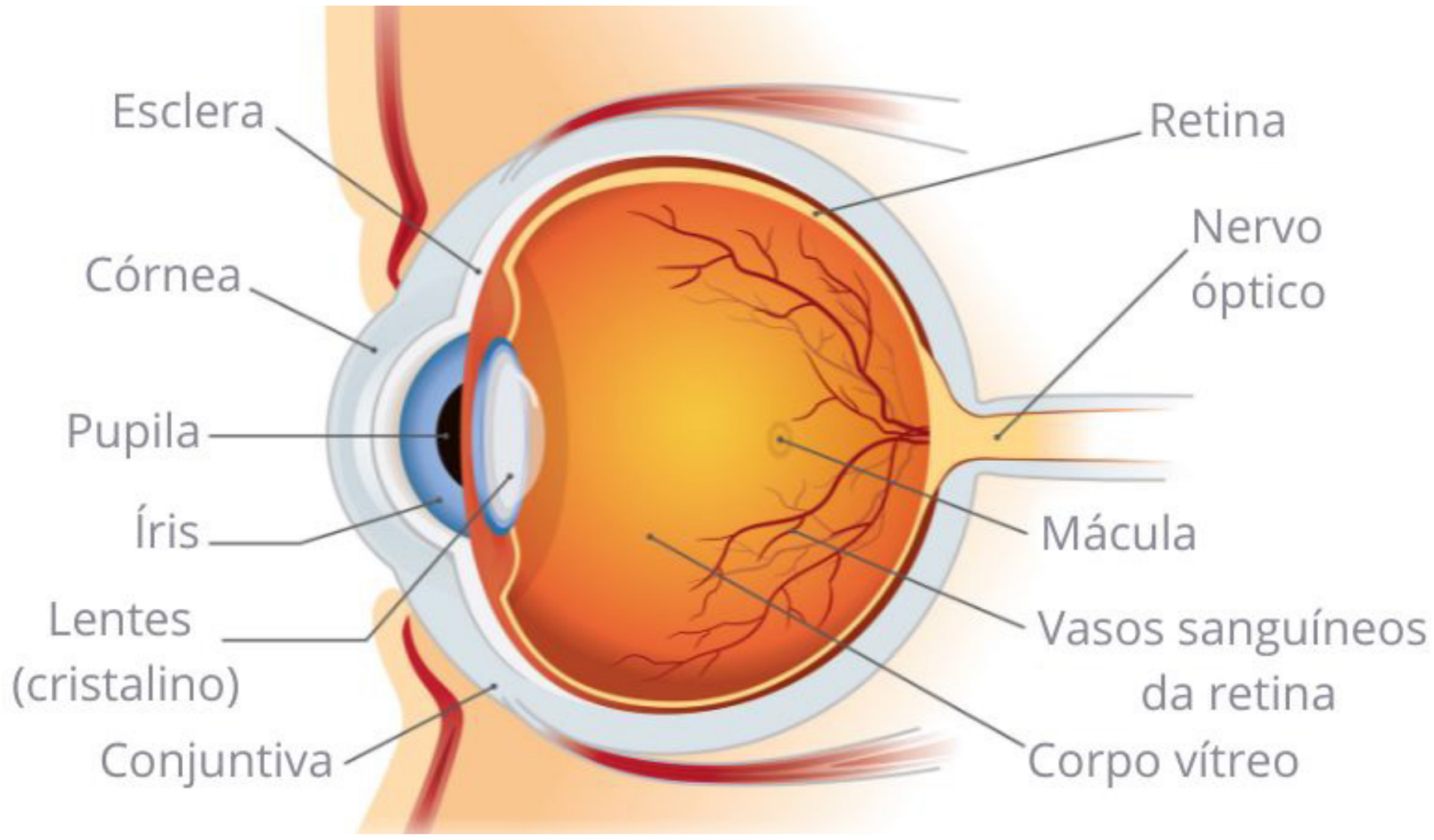


Foto / Reprodução - Imagem mostra a representação de uma córnea humana

Por Karoline Dantas

O Ministério da Saúde oficializou um importante avanço para a saúde ocular da população brasileira ao aprovar a incorporação de novas técnicas cirúrgicas ao Sistema Único de Saúde. A partir dessa medida, os pacientes atendidos pela rede pública poderão tratar o glaucoma e a catarata simultaneamente, realizando ambos os procedimentos em uma única intervenção cirúrgica.

A decisão visa modernizar a assistência oftalmológica do país, oferecendo alternativas terapêuticas menos invasivas do que os métodos tradicionais atualmente disponíveis. A aprovação foi fundamentada após avaliações técnicas da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), que destacou a eficácia e a segurança da nova estratégia clínica.

O procedimento é indicado para indivíduos diagnosticados com glaucoma primário de ângulo aberto em estágios leves ou moderados e que também necessitam da remoção da catarata. O glaucoma é uma doença crônica caracterizada pelo aumento da pressão intraocular, o que danifica o nervo óptico e pode levar à cegueira irreversível se não houver acompanhamento adequado. Já a catarata consiste na opacificação do cristalino, lente natural do olho, gerando visão embaçada e perda gradual da acuidade visual. Até então, o tratamento padrão para o controle do glaucoma no sistema público baseava-se prioritariamente no uso contínuo de colírios diários. Quando a medicação não apresentava a resposta desejada ou o paciente encontrava dificuldades de adesão à rotina de aplicação, recorria-se a procedimentos a laser ou ao implante do dispositivo conhecido como iStent. A nova abordagem cirúrgica abrange duas técnicas principais: a goniotomia excisional e a trabeculotomia transluminal.

A goniotomia excisional é realizada por meio de uma incisão microcirúrgica na córnea, promovendo a desobstrução das vias naturais de drenagem do olho. Por sua vez, a trabeculotomia transluminal utiliza um microcateter ou fio cirúrgico específico introduzido no canal ocular para facilitar a saída do humor aquoso. Ambas as opções otimizam a drenagem dos fluidos oculares e auxiliam no controle efetivo da pressão interna dos olhos.

paciente soluciona as duas patologias em um mesmo ato anestésico e operatório. Essa combinação traz benefícios diretos à qualidade de vida dos cidadãos. Entre as vantagens clínicas apontadas pelas equipes médicas estão a redução do tempo de recuperação, o menor risco de complicações pós-operatórias e o aumento da taxa de sucesso na manutenção da pressão ocular estável.

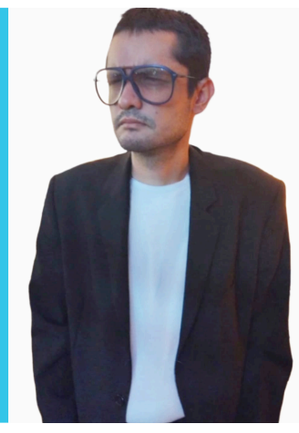
A adoção do procedimento duplo traz um impacto expressivo para a gestão e otimização dos recursos do SUS. Estimativas financeiras do Ministério da Saúde indicam que a substituição progressiva do implante iStent pela técnica de goniotomia excisional gerará uma economia de cerca de R$ 22,4 milhões logo no primeiro ano de aplicação na rede pública.

Em um horizonte de cinco anos, a economia acumulada prevista para os cofres públicos pode alcançar a marca de R$ 276 milhões. Além da redução direta dos custos unitários por procedimento, a realização simultânea diminui a necessidade de Múltiplas internações, reduz filas de espera, otimiza o uso do centro cirúrgico e diminui os gastos associados ao acompanhamento contínuo e à dispensação prolongada de medicamentos.

Representantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde ressaltaram que a medida alinha eficiência orçamentária ao compromisso social de democratizar o acesso à medicina de ponta. Com a publicação oficial da portaria de incorporação, os setores técnicos do Ministério da Saúde possuem o prazo legal de até 180 dias para organizar a logística, elaborar as diretrizes de treinamento e efetivar a oferta das novas cirurgias nos estabelecimentos de saúde credenciados em todo o território nacional.

Liberdade de Opinião:

Governo erra de novo ao tentar novo programa de regularização de dívidas, de olho apenas nos dividendos eleitorais



Por Guilherme Kalel

O governo federal brasileiro lançou em julho de 2023 o programa Desenrola Brasil, que tinha como meta renegociar dívidas dos brasileiros. O programa até trouxe um alento para parte da população que se via encalacrada nas contas sem perspectivas de sair delas. Porém, dados de estudos mostraram que 18 meses depois do programa ter sido lançado, os níveis de inadimplência voltaram a subir.

Os padrões foram tão elevados que ultrapassaram marcas históricas em ano eleitoral, o que fez o governo mais uma vez entrar em ação. Em maio de 2026, lançou o Desenrola 2.0, como foi popularmente conhecida a nova versão do programa. Apesar de ter diminuído de R$ 28 bilhões em dívidas para R$ 5 bilhões, o programa não conseguiu mais uma vez resolver a situação da população brasileira.

Em agosto de cada 10 contas renegociadas 3 estavam em atraso. O FGC foi acionado por bancos para que pudesse honrar com esses pagamentos, promessa de garantia da iniciativa ao ser lançada, o que fez brasileiros conseguirem renegociar sabendo que se não conseguissem arcar com as parcelas, o governo arcaria. Agora em meio a este novo problema o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parece ter enxergado outra questão. Antes tarde do que nunca. O problema de dívidas é crônico e vem de anos, por isso não basta renegociar o que veio agora. Por esta razão o Ministério da Fazenda anunciou que pretende fazer um novo programa de renegociações, para justamente atacar essa questão.

Embora a ideia esteja em desenho ao que indica, o governo federal pretende usar empresas estatais para em leilões, comprar essas dívidas de bancos, limpando o nome do cidadão. A princípio parece um bom negócio, mas é preciso esperar o programa ser lançado com cautela e ver ques armadilhas vem por aí. No Desenrola 2 por exemplo, o governo travou o crédito consignado de aposentados e pensionistas do INSS, sob o argumento que esses beneficiários estavam endividados demais.

De fato estão mesmo, mas cortar o consignado não é apenas um tiro no pé, foi uma fatalidade que jogou beneficiários do INSS as margens de créditos mais abusivos e ampliou o problema em vez de resolver. A MP que criou o Desenrola 2 foi caducada e os créditos consignados voltaram ao normal, a partir de 1º de setembro. Os impactos que trouxeram porém, devem levar mais tempo.

É preciso cuidar para que novas medidas desse tipo, não venham prejudicar o cidadão. Ao mesmo tempo, é preciso também se cuidar para que a iniciativa em estudo do governo, não venha a ser apenas algo eleitoral, com o objetivo de colher dividendos, no caso votos, para Lula na eleição. Quando ele anuncia as vésperas do Pleito que pretende renegociar dívidas dos brasileiros, isso soa com certeza como mais uma medida eleitoreira assim como o aumento do Bolsa Família, dado na semana anterior. De fato os brasileiros precisam de um programa que os devolvam o direito ao crédito. Mas um programa bem pensado, e que possa os ensinar também, que é preciso uma melhor gestão de seus valores financeiros.

Renegociar para voltar a ficar inadimplente no mês seguinte, não resolve o problema, ao contrário, o deixa mais crônico e impossível de ser controlado. Lula e sua equipe não entenderam isso ainda e talvez nem entendam, afinal para o governo o que importa é somente prosseguir onde está, no poder. E a população que arque depois com as consequências disso.

***Guilherme Kalel é Jornalista e Escritor.**
Publisher da Agência Kalelpress e do Jornal RS Connect.
MTB: 89344 / SP.

UNINTER

Uninter: Seja o que você quiser, com a melhor EAD do Brasil

Mais de 800 polos espalhados pelo Brasil. Vencedora 5 vezes do prêmio Reclame Aqui de melhor atendimento.

Venha ser o que você quiser com a Educação Uninter! A Uninter vai ajudar você a transformar sua carreira. Cursos com conceito alto no MEC e mensalidades que cabem no seu bolso. Venha para o maior e melhor centro universitário do Brasil.
Graduação;
Pós-graduação;
Cursos Técnicos e Profissionalizantes.

Comece a estudar agora com nossas opções de bolsas e financiamentos.
Bolsa Enem;
Prouni;
Bolsa ENCCEJA;
FIES;
Crédito Educacional Fundacred.
Só na Uninter você chega onde quer chegar.

Inscreva-se agora acessando nosso site, e entrando em contato conosco:

https://uninter.com

SAÚDE

Diabetes e seus impactos: A diferença entre os tipos 1 e 2



Foto / Reprodução - Imagem mostra símbolo internacional do Diabetes

Dentro da série de reportagens especial intitulada Diabetes e seus Impactos, produzida para a leitora e para o leitor da Revista Kalelpost, trazemos hoje um esclarecimento fundamental para a compreensão da saúde metabólica contemporânea: o entendimento detalhado sobre as diferenças centrais entre o Diabetes do tipo 1 e o Diabetes do tipo 2. Embora ambos os quadros clínicos compartilhem o mesmo marcador metabólico principal, que é a hiperglicemia ou o acúmulo excessivo de glicose na corrente sanguínea, suas origens fisiológicas, padrões epidemiológicos, formas de prevenção e abordagens terapêuticas são substancialmente distintas.

O Diabetes tipo 1 é classificado primariamente como uma doença autoimune de caráter crônico. Nessa condição, por razões genéticas e imunológicas ainda sob constante investigação científica, os linfócitos do próprio sistema de defesa do organismo passam a reconhecer erroneamente as células beta presentes nas ilhotas pancreáticas como agentes estranhos. O resultado desse processo autoimune é a destruição progressiva e irreversível dessas estruturas responsáveis pela produção de insulina. Como a insulina é o hormônio encarregado de permitir a entrada da glicose celular para a geração de energia vital, a sua ausência absoluta faz com que os níveis de açúcar no sangue se elevem drasticamente.

Em termos de epidemiologia, o tipo 1 costuma ser diagnosticado com maior frequência durante a infância, a adolescência ou no início da idade adulta, embora possa manifestar-se em qualquer faixa etária. O surgimento dos sintomas tende a ser rápido, abrupto e bastante perceptível, caracterizado pelo aumento volumétrico e diário da diurese, sensação contínua de sede excessiva, aumento exagerado do apetite, fadiga acentuada e perda de peso inexplicável em curto espaço de tempo.

Dado o bloqueio completo da produção hormonal natural, as pessoas diagnosticadas com essa variação necessitam impreterivelmente do uso diário de insulina exógena para a manutenção da própria vida.

Por sua vez, o Diabetes tipo 2 possui uma dinâmica biológica e epidemiológica consideravelmente diferente, correspondendo a cerca de 90% de todos os diagnósticos globais da doença. No quadro do tipo 2, o pâncreas inicialmente continua a produzir a insulina, porém as células do corpo desenvolvem o que a medicina denomina de resistência à insulina. Isso significa que os receptores celulares não respondem adequadamente à presença do hormônio, dificultando a captação de glicose. Em resposta a essa ineficiência, o pâncreas passa a produzir doses crescentes de insulina na tentativa de equilibrar a taxa glicêmica, até o momento em que se esgota e reduz a sua capacidade de secreção.

Diferente da modalidade autoimune, o aparecimento do tipo 2 está intimamente associado a um conjunto de fatores genéticos e de estilo de vida, incluindo excesso de peso corporal, acúmulo de gordura abdominal, sedentarismo, hipertensão arterial, dieta rica em produtos ultra processados e idade avançada, muito embora o número de casos em jovens venha crescendo. Por apresentar um desenvolvimento lento, gradual e muitas vezes assintomático durante anos, este tipo é frequentemente qualificado como uma condição silenciosa. Os sintomas costumam surgir de modo tardio, abrangendo cicatrizações lentas, infecções frequentes, alterações visuais e formigamento nas extremidades dos membros inferiores.

A grande divergência quanto ao manejo e à prevenção reside justamente nesses pilares causais. Como o tipo 1 decorre de uma reação autoimune involuntária, ainda não existem métodos clínicos comprovados para sua prevenção primária. Já o Diabetes tipo 2 é altamente suscetível a estratégias preventivas e de controle contínuo baseadas na modificação de estilo de vida, como a prática regular de exercícios físicos, a reeducação alimentar com menor densidade calórica e o controle do peso corporal. O tratamento do tipo 2 abrange desde adequações de rotina alimentar e prática esportiva até a prescrição de medicamentos antidiabéticos orais, recorrendo-se à insulina apenas quando houver falência na resposta medicamentosa.

Supremo equipara licença maternidade de mães adotivas a biológicas



Foto / Reprodução - Plenário do Supremo Tribunal Federal

Por Sofia Garcia

O Plenário do Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão histórica que unifica a proteção constitucional à maternidade e à infância no Brasil. Por unanimidade, a Suprema Corte acolheu o entendimento de que não deve existir nenhuma diferenciação nos prazos de licença entre mães biológicas e mães adotivas. Com essa medida, o tribunal declarou a inconstitucionalidade de dispositivos legais e regulamentos estatais que fixavam períodos de afastamento inferiores para as mulheres que optavam pela adoção.

O entendimento firmado consolida a garantia de um afastamento remunerado de 120 dias para todas as trabalhadoras, prazo que pode ser estendido por mais 60 dias adicionais nas empresas e órgãos públicos que aderem aos programas de prorrogação previstos em lei. A definição encerra uma longa disparidade em que o tempo de licença para adoção muitas vezes dependia da idade do menor ou do vínculo jurídico da trabalhadora, havendo cenários em que o período concedido era de apenas 30 ou 90 dias caso a criança adotada tivesse mais de 1 ano de idade.

O relator do processo, ministro Alexandre de Moraes, salientou em seu voto que a licença não visa cobrir tão somente a recuperação física decorrente do parto, mas possui o objetivo fundamental de salvaguardar o direito da criança ao cuidado, ao afeto e à convivência familiar harmoniosa em seus primeiros momentos no novo lar. Esse olhar humanizado reflete a diretriz constitucional de que a família, em todas as suas configurações legais, deve ser protegida de maneira idêntica e sem qualquer distinção entre a filiação natural e a adotiva.

A ação foi levada ao STF pela Procuradoria-Geral da República, que apontou inconsistências graves na legislação trabalhista e nos estatutos de servidores da União, das Forças Armadas e do Ministério Público. O órgão argumentou que o tratamento desigual feria o princípio da igualdade e trazia prejuízos diretos ao desenvolvimento biopsicossocial das crianças acolhidas.

Durante a análise da matéria, outros ministros reforçaram que os imperativos de cuidado, adaptação e criação de vínculos afetivos são idênticos em todas as famílias. O tribunal frisou que a dignidade da criança não pode variar em razão do cargo ocupado pela mãe ou da modalidade da filiação. Por outro lado, a Corte optou por não criar regras sobre o compartilhamento do benefício entre os pais, deliberando que esse arranjo específico cabe exclusivamente ao Poder Legislativo regular por meio de novas leis.

A decisão passa a ter aplicação imediata para todas as solicitações futuras e para os processos de licença que já estavam em andamento no momento da conclusão do julgamento. Esse marco jurídico elimina incertezas nos setores público e privado, garantindo estabilidade e assegurando que o tempo dedicado à construção da convivência familiar seja resguardado com a mesma amplitude para qualquer mãe em todo o território nacional.

ANS determina que planos de saúde passem a cobrir implante de Diu Hormonal para mulheres com endometriose

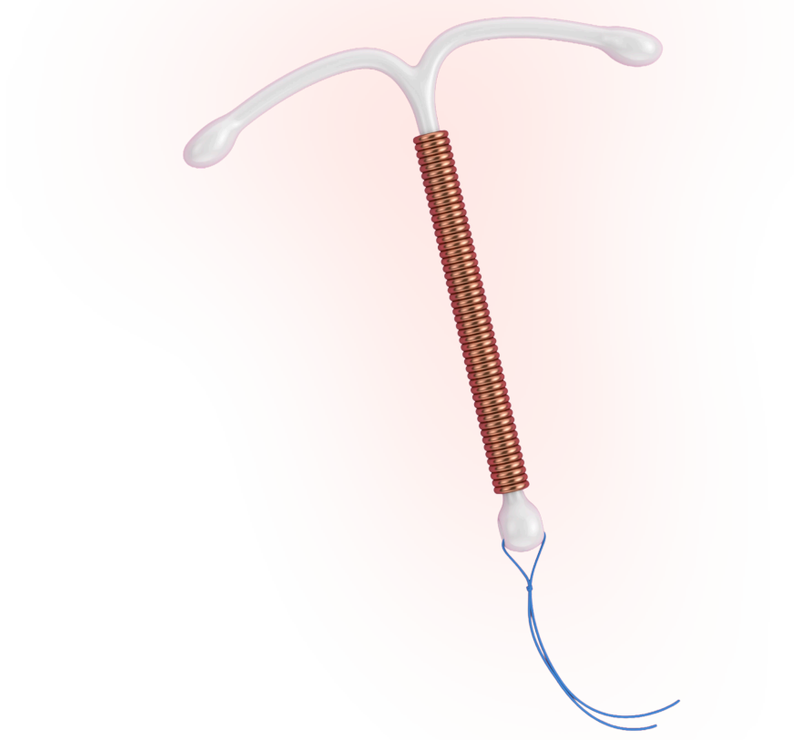


Foto / Reprodução - Imagem mostra um DIU antes de ser implantado em uma mulher

A Agência Nacional de Saúde Suplementar, a ANS, determinou na última semana, que as operadoras de saúde passem a oferecer obrigatoriamente a cobertura do inserção do dispositivo intrauterino hormonal, DIU hormonal, para pacientes com diagnóstico de endometriose. A medida entra em vigor a partir do dia 1º de outubro de 2026 e amplia o acesso a uma alternativa terapêutica de alta eficácia.

A regulamentação representa um marco decisivo no acompanhamento médico da endometriose no sistema privado. Atualmente, o tratamento sintomático da condição envolve o uso contínuo de contraceptivos orais, que demandam disciplina diária da paciente e frequentemente causam efeitos colaterais sistêmicos indesejados. O avanço promovido pela norma regulatória visa facilitar o cuidado continuado por meio do implante de um dispositivo de liberação prolongada de hormônio diretamente na cavidade uterina, proporcionando maior praticidade e adesão ao tratamento.

Médicos e especialistas em saúde da mulher destacam que o uso do DIU hormonal traz benefícios significativos para quem convive com a doença. O dispositivo atua na atrofia do tecido endometrial, o que reduz substancialmente a frequência e a intensidade dos sangramentos abrandando quadros graves de anemia. Além disso, a aplicação contínua do hormônio local reduz progressivamente as cólicas menstruais intensas, atenua a dor pélvica crônica e diminui o desconforto sentido durante as relações sexuais, sintomas habitualmente incapacitantes relatados pelas pacientes.

Para ter acesso ao procedimento coberto pelos planos de saúde, a resolução determina regras claras. É preciso que haja diagnóstico confirmado da doença e indicação expressa por parte do médico assistente. O parecer do especialista deve justificar a necessidade da intervenção com base no quadro clínico da paciente. Preenchidos os requisitos formais de solicitação, a operadora de saúde fica estritamente obrigada a custear tanto o dispositivo hormonal quanto a consulta e os procedimentos médicos associados à sua colocação.

A inclusão do procedimento na lista de coberturas obrigatórias da ANS busca padronizar o atendimento, evitando negativas recorrentes por parte de operadoras privadas. A exigência do cumprimento da norma a partir de outubro garante que todas as beneficiárias em solo nacional possam usufruir dessa tecnologia de saúde sem incorrer em custos adicionais fora da mensalidade contratada, promovendo uma verdadeira democratização do tratamento especializado.

O avanço na regulamentação também incentiva o diagnóstico precoce e a busca por acompanhamento médico preventivo. A expectativa da comunidade médica é que o acesso facilitado ao dispositivo proporcione mais estabilidade ao quadro clínico das pacientes, prevenindo a progressão do estadiamento da doença e diminuindo a necessidade de intervenções cirúrgicas invasivas no futuro.

Com a data de início fixada para o próximo mês de outubro, entidades de defesa do consumidor e associações de apoio a pacientes orientam as beneficiárias a manterem exames e laudos atualizados. A apresentação completa da documentação clínica agiliza a liberação junto à operadora, assegurando que o direito estabelecido pelo órgão regulador seja exercido de forma célere e sem entraves burocráticos.

Entendendo a endometriose e seus impactos no Brasil

A endometriose é uma doença inflamatória crônica caracterizada pelo crescimento anormal de tecido semelhante ao endométrio fora do útero. Em um ciclo menstrual regular, o endométrio reveste a parede interna uterina e se descama caso não haja fecundação. Na presença da endometriose, esse tecido passa a se instalar em órgãos da cavidade pélvica, como ovários, tubas uterinas, bexiga, intestinos e peritônio. Ao responder às oscilações hormonais do ciclo, essas lesões sangram e inflamam a região, gerando fibroses, aderências entre órgãos e dores intensas.

Segundo dados do Ministério da Saúde e de entidades médicas como a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, estima-se que a doença afete entre 10% e 15% das mulheres em idade reprodutiva no país. Isso equivale a um contingente de aproximadamente 7 a 8 milhões de brasileiras convivendo com a condição. A endometriose é apontada ainda como uma das principais causas de infertilidade feminina, afetando de 30% a 50% das pacientes diagnosticadas.

Depois de aumento no Bolsa Família, governo ataca bets e promete ajuda a endividados na reta final para a eleição



Foto / Reprodução - Presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursa em evento de campanha

Por Guilherme Kalel, Isabella Reins e Sofia Garcia

Depois de conceder um aumento de 15% no Bolsa Família, faltando 3 semanas para a eleição, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prosseguiu com seu vale-tudo eleitoral, com a finalidade única e exclusiva de convencer a população a reelegê-lo.

A pauta da última semana foi a proibição das chamadas bets no Brasil e um novo programa de renegociação de dívidas, o Desenrola 3.

Há alguns dias Lula vinha dizendo que as bets eram um mal à população, responsável pelo aumento do endividamento das famílias mais pobres do Brasil. De fato, Lula não estava todo errado.

Milhões de pessoas se endividaram nos últimos anos, e não apenas as mais pobres, por conta de apostas online e do vício que isso trouxe.

Nunca o SUS teve que atender tantas pessoas com transtornos mentais como agora, em parte significativa pelo vício em apostas.

O problema é que o governo Lula, em 2023, foi quem regulamentou as apostas online, e agora, às vésperas da eleição, trazer o tema e proibir soa, no mínimo, como hipocrisia. Ou um claro estelionato eleitoral.

E não parou por aí. Além de proibir as bets por uma Medida Provisória no último dia 25 de setembro, o governo Lula ainda decidiu criar o Desenrola 3, para ajudar os endividados.

Diferente dos outros programas da categoria, nessa nova fase o governo pretende comprar as dívidas de bancos que tenham de 2 a 4 anos e meio de existência, com deságio de 90%.

Segundo o Ministério da Fazenda, existem R$ 300 bilhões em débitos nesse molde, dos quais R$ 150 bilhões estariam elegíveis para participar do programa.

Como haverá um desconto por parte das instituições financeiras de até 90% para que possam receber, o governo deve gastar R$ 15 bilhões para comprar o montante e livrar os brasileiros das dívidas.

O programa, porém, deve chegar só depois das eleições.

A ideia é que seja lançado em novembro, homologado em dezembro e com contratos assinados a partir de janeiro de 2027.

As duas medidas têm o impacto de mudar o cenário eleitoral atual, ao menos é o que espera Lula.

75% da população brasileira, segundo uma pesquisa, são contra a liberação das bets no Brasil.

O governo não levou isso em conta lá atrás, quando liberou os jogos de maneira desordenada e arrecadou R$ 19 bilhões com isso nos últimos 2 anos.

Mas agora, às vésperas do pleito, quer passar uma imagem de preocupação, para enganar eleitores e transformar isso em dividendo eleitoral.

As casas de apostas no Brasil, porém, não devem deixar isso barato.

As empresas devem ingressar na Justiça contra a MP do governo.

Seriam duas frentes de atuação: uma pedindo a derrubada da MP alegando ilegalidade nela.

Apenas o Congresso Nacional, por força de lei, poderia criar uma nova norma que proibisse as apostas, já que foi um projeto aprovado pelo Congresso em 2018 que liberou os jogos no Brasil.

E que mais tarde, em 2023, foi regulamentado no governo de Lula da Silva.

Outra frente de atuação das bets será no sentido de indenizações.

As empresas pretendem cobrar do governo valores que foram pagos para que as marcas pudessem operar no Brasil.

Isso geraria um impacto gigantesco no orçamento, com o qual Lula, neste instante, não está nem aí, se isso lhe garantir vitória nas urnas.

Jornalista Guilherme Kalel anuncia novo Portal de Notícias para pessoas com deficiência e início de vendas antecipadas de novo romance

Foto / Reprodução - Capa de novo romance lançado por Guilherme Kalel em outubro

O Jornalista Guilherme Kalel anunciou na última semana que criará um novo Portal de notícias, voltado a publicar informações sobre e para as pessoas com deficiência.
A marca usada será a Amplinews, criada por Kalel em julho de 2026, para ser um portal de notícias gerais e que agora passa por reformulação.

A estreia do novo site acontecerá na próxima segunda-feira, 5 de outubro.
O Portal estará interligado a Agência Kalelpress, apesar de ter endereço próprio.
Guilherme Kalel também anunciou no sábado, 26 de setembro, que Kaio Lima e Manuela Becker serão responsáveis por tocar a nova marca de notícias.
O novo espaço deve publicar informações, artigos e análises, sobre os assuntos mais importantes e releva
ntes sobre o tema proposto.

Kaio Lima é deficiente visual, tem 35 anos de idade e trabalha como professor de conteúdos digitais para deficientes visuais.
É formado em publicidade e propaganda, e faz parte do novo projeto.
Manuela Becker é deficiente visual, tem 34 anos, formada em serviços social e com curso de jornalismo, atuará também na nova marca.
O Portal deve ser atualizado de segunda a sexta-feira, a partir das 9 da manhã, com os assuntos mais relevantes do dia.
Quem quiser acompanhar as informações pode acessar através do endereço **https://Amplinews.com.br**
Ou ainda no rodapé direto no menu do Site da Agência Kalelpress, em **https://Kalel.net.br**

Para Guilherme Kalel, a nova marca busca suprir uma necessidade para informar as pessoas com deficiência no Brasil.
O Jornalista destaca que ainda existem poucos sites especializados no assunto no país.

Kaio Lima destaca que o novo projeto será um marco para as pessoas com deficiência.
Com um site mais fluido, para melhorar a navegabilidade de leitores de tela, o novo site vai manter a qualidade da Agência Kalelpress que o leitor já está acostumado.

O Jornalista Guilherme Kalel também iniciou no último 22 de setembro, as vendas antecipadas de seu novo romance para comercialização.
Eu Posso Te Sentir, será lançado no próximo 18 de outubro.
O livro está sendo comercializados em **vendas antecipadas de 22 de setembro a 9 de outubro.**
Quem quiser fazer a aquisição da Obra, pode o fazer através dos contatos com a Agência Kalelpress:
E-mail - atendimento@kalel.net.br
Ou no Whatsapp - https://wa.me/5516989990050



O custo do livro em **vendas antecipadas é de R$ 10,00.** Após seu lançamento, o valor será reajustado, explica Kalel.

Sinopse: Eu Posso Te Sentir

No último ano do ensino médio na pacata Ouro Branco, no interior paulista, a rotina do jovem e modesto Victor ganha novos contornos com a chegada das irmãs Bianca e Beatriz Stone. A conexão é imediata e avassaladora, despertando no rapaz uma paixão profunda por Bianca. No entanto, o preconceito de Olavo, um renomado médico recém-viúvo e recém-chegado à cidade, ergue barreiras intransponíveis, afastando os dois e impedindo que vivam esse grande amor.

O tempo passa, o mundo gira e as voltas da vida redefinem o destino de todos. Duas décadas depois, ocupando uma posição social completamente diferente, Victor se vê diante de um capricho do destino ao receber a missão de salvar a vida da jovem Lanna. Ao cruzar com a garota, sinais físicos e contextuais inconfundíveis revelam que ela é filha do seu grande amor do passado. O reencontro inesperado traz à tona sentimentos há muito soterrados, segredos jamais revelados e uma espiral de acontecimentos capaz de reescrever sua história para sempre.

Caso Master: Conselho do Ministério Público decide arquivar denúncia contra PGR por envolvimento com Daniel Vorcaro



Foto / Reprodução - Procurador-Geral da República Paulo Gonet

Por Isabella Reins

O Conselho Superior do Ministério Público Federal tomou uma decisão decisiva ao rejeitar a abertura de uma investigação contra o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, e mantê-lo à frente do caso relacionado ao Banco Master. A deliberação ocorreu após a análise de representações que questionavam a conduta do chefe da instituição devido a menções ao seu nome encontradas no celular de Daniel Vorcaro, ex-controlador do extinto banco.

Por um placar apertado de 5 votos a 4, o colegiado acolheu a tese do relator pelo arquivamento do pedido de apuração preliminar. O relator sustentou que as mensagens encontradas nos dispositivos do ex-banqueiro não demonstram qualquer contato direto ou indireto de Gonet com o empresário, tampouco qualquer tipo de solicitação de vantagens ou interferência indevida nas investigações. Diante da ausência de elementos mínimos que indicassem irregularidades na conduta do procurador-geral, a maioria dos conselheiros concluiu pela impossibilidade de dar prosseguimento às acusações.

Em uma votação paralela e unânime, o Conselho rejeitou os pedidos para afastar Paulo Gonet do comando dos procedimentos que apuram as fraudes ligadas ao Banco Master. O entendimento prevalecente foi o de que o colegiado não possui competência para determinar esse tipo de afastamento e que não foram constatados motivos jurídicos para declarar o impedimento do PGR.

O encerramento sumário das apurações contra o procurador-geral impacta diretamente o andamento dos processos, pois consolida a percepção de um autoblindamento corporativo. Quando órgãos de controle optam por não aprofundar investigações sobre cúpulas de poder, cria-se uma assimetria no tratamento de réus e autoridades. Esse cenário drena a credibilidade de Paulo Gonet perante a opinião pública e desgasta a própria imagem institucional do Ministério Público Federal, órgão constitucionalmente vocacionado a agir de forma imparcial no combate à corrupção.

O que mais surpreendeu na decisão, são as provas ignoradas durante a análise, quando o Conselho diz que não existem indícios de irregularidades e em paralelo, troca de mensagens de Daniel Vorcaro com interlocutores e até fotos com Gonet, indicam proximidade entre os dois.

Para compreender a gravidade do cenário, cabe relembrar que a Operação Compliance Zero desmantelou uma complexa engrenagem no Banco Master, acusada de emitir bilhões de reais em papéis sem lastro, simular empréstimos e operar fraudes contábeis massivas. A apreensão dos dispositivos de Daniel Vorcaro revelou uma teia de influência que buscava antecipar passos da Polícia Federal, adiar operações e mitigar danos judiciais ao grupo.

Ao expor contatos atípicos entre o poder econômico e os mais altos degraus do Judiciário e da Procuradoria-Geral da República, o episódio mancha a história brasileira. O caso escancara o histórico vício do acesso privilegiado e da convivência promíscua entre investigados e as instâncias encarregadas de os julgar, arranhando a confiança pública na equidistância do sistema de justiça e na igualdade de todos perante a lei.

Expediente

Revista Kalelpost
Editor Responsável: Jornalista Guilherme Kalel.
O mensageiro da notícia.
MTB: 89344 / SP.
Diagramação: Adriana Rodrigues.
Produção e distribuição: Agência Kalelpress.

Na Agência Kalelpress, temos um compromisso inabalável com a verdade e com a relevância. Diariamente, trazemos as notícias mais importantes do Brasil e do mundo, cobrindo os pilares fundamentais da nossa sociedade: política, economia, saúde e acessibilidade. Nós não fazemos apenas a cobertura dos fatos; nós os aprofundamos para entregar clareza e profundidade aos nossos leitores.
Nosso jornalismo é movido por paixão. Com uma opinião contundente, buscamos ampliar o fato, trazer novas perspectivas e conectar as pessoas com aquilo que realmente transforma suas realidades. Acreditamos que a informação de qualidade e inclusiva é o maior elo entre o cidadão e o futuro e por isso estamos aqui.

Para existirmos e continuarmos executando o nosso trabalho, precisamos de pessoas que acreditam em nós e no que nos disponibilizamos a fazer.
Somente com a parceria entre nossa marca e você leitor, podemos dar continuidade a nosso trabalho, e continuar produzindo jornalismo cério, ético, moral e imparcial.

Não somos de direita nem de esquerda, e com isso, publicamos tudo aquilo que você precisa saber. Trazemos a opinião dos fatos, para que ao ler e entender o que está acontecendo, você possa formar a sua própria. Assim, damos nossa contribuição para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva, justa e conectada.

Acesse nosso Portal: https://kalel.net.br
E fique por dentro dos assuntos mais importantes e relevantes do Brasil e do mundo.
Leia nossas matérias, ouça nossos podcasts, e compartilhe nosso trabalho.

Quer saber mais sobre nossa historia e quem somos? Conheça acessando:
https://kalel.net.br/agencia/quem-somos

Agência Kalelpress.
Todos os direitos reservados. Proibida reprodução sem autorização.
CNPJ: 60351363000101

atendimento@kalel.net.br

jornalismo@kalel.net.br

https://wa.me/5516989990050